
Diagnóstico Social de Santo Tirso

Cadernos temáticos

Vulnerabilidades e recursos sociais

Versão 2.0 – agosto de 2024

Conselho Local de Ação Social de Santo Tirso



: FICHA TÉCNICA

: **Título** Diagnóstico Social de Santo Tirso

: **Subtítulo** Cadernos temáticos. Vulnerabilidades e recursos sociais

: **Autor** Conselho Local de Ação Social de Santo Tirso

: **Versão** 2.0

: **Data** agosto de 2024

: **Edição** Câmara Municipal de Santo Tirso

Divisão de Coesão Social

Rua Dr. José Cardoso Miranda, 18

4780-451 Santo Tirso

E-mail: redesocial@cm-stirso.pt

URL: www.cm-stirso.pt/pages/392

: ÍNDICE

4	: Índice de tabelas
5	: Siglas e Acrónimos
9	: Nota introdutória
11	: Opções metodológicas
13	: 1. Infância e Juventude
13	: 1.1. Crianças e jovens em perigo – os números e os factos da CPCJ de Santo Tirso
15	: 1.1.1. Apontamentos sobre o funcionamento da CPCJ
16	: 1.2. Respostas sociais para a ‘infância e juventude’: o palco concelhio de intervenção
18	: 1.3. Infância e Juventude: notas para uma intervenção futura
19	: 2. Deficiência
19	: 2.1. Censos 2021 – população residente segundo as dificuldades de realização de atividades diárias
20	: 2.2. Respostas sociais para a ‘deficiência’: o retrato concelhio
21	: 2.3. Pistas de intervenção
23	: 3. Violência doméstica
25	: 3.1. Respostas sociais para a ‘violência doméstica’: o retrato concelhio
28	: 4. População idosa
28	: 4.1. Respostas sociais para a ‘população idosa’: o retrato concelhio
32	: 4.2. Sobre as prioridades de intervenção futura
35	: 5. Saúde mental

36	: 5.1. Contributos para uma intervenção ajustada às necessidades
38	: 6. Comportamentos Aditivos e Dependências
39	: 6.1. Respostas sociais para os 'comportamentos aditivos e dependências': o retrato concelhio
41	: 6.2. Linhas de orientação futura
43	: 7. Pessoas em situação de sem-abrigo
43	: 7.1. Notas sobre a realidade local
45	: 7.2. Pistas de intervenção
46	: 8. População migrante e outras minorias
51	: 9. Família e comunidade
51	: 9.1. Equipamentos sociais de apoio à família e à comunidade
53	: 9.2. Medidas de suporte familiar e emergência social
54	: 9.2.1. Rendimento Social de Inserção
56	: 9.2.2. Programa Municipal de Emergência Social
57	: 9.2.3. Cantina Social
58	: Nota final
60	: Referências bibliográficas

: ÍNDICE DE TABELAS

- 17** : Tabela 1. Caracterização dos equipamentos de solidariedade social de apoio à infância e juventude, em agosto de 2024
- 20** : Tabela 2. População residente com 15 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade e local de residência, por grau de dificuldade, em 2021
- 21** : Tabela 3. Caracterização dos equipamentos de solidariedade social de apoio à deficiência, em agosto de 2024
- 26** : Tabela 4. Caracterização dos equipamentos de solidariedade social de apoio a vítimas de violência doméstica, em agosto de 2024
- 30** : Tabela 5. Caracterização dos equipamentos de solidariedade social de apoio à população idosa, em agosto de 2024
- 52** : Tabela 6. Centros comunitários do concelho de Santo Tirso, segundo a capacidade, em agosto de 2024

: SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
ARS	Administração Regional de Saúde
AMCHR	Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe
AMP	Área Metropolitana do Porto
ASAS	Associação de Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso
ATL	Atividades de Tempos Livres
ASU	Atividades Socialmente Úteis
CACI	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CASL	Casa de Acolhimento Sol Nascente
CAT	Centro de Acolhimento Temporário
CAT	Centro de Atendimento a Toxicodependentes
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CRI	Centro de Respostas Integradas
CMST	Câmara Municipal de Santo Tirso
CRAN	Centro Regional de Alcoologia do Norte
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CSF	Comissão Social de Freguesia
CSIF	Comissão Social Inter-freguesias
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CEI	Contratos Emprego-Inserção
CAID	Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente
CSS	Cooperativa de Solidariedade Social
CVP-DST	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santo Tirso

DS	Diagnóstico Social
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
EFA	Educação e Formação de Adultos
ELI	Equipa Local de Intervenção
EAPN	<i>European Anti Poverty Network</i> (Rede Europeia Anti-Pobreza)
GTVD	Grupo Temático da Violência Doméstica
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
IDT	Instituto da Droga e da Toxicodependência
IRS	Instituto de Reinserção Social
ISS, I. P.	Instituto de Segurança Social, Instituto Público
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISCMST	Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso
LGD	Lar de Grandes Dependentes
NEE	Necessidades Educativas Específicas
NE	Núcleo executivo
NLI	Núcleo Local de Inserção
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PRI	Programa de Respostas Integradas
PMES	Programa Municipal de Emergência Social
PMIND	Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação
PORI	Programa Operacional de Respostas Integradas
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PEM	Projeto Educativo Municipal
RS	Rede Social
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SISS	Sistema de Informação da Segurança Social
SNIPi	Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i> (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças)
U. F.	União de Freguesias
USP	Unidade de Saúde Pública

: CADERNOS TEMÁTICOS.

VULNERABILIDADES E RECURSOS SOCIAIS

Versão 2.0 – agosto de 2024

: NOTA INTRODUTÓRIA

Quando, em 1997, o programa Rede Social (RS) foi criado através de uma resolução do conselho de ministros, a sua finalidade era a de combater a pobreza e a exclusão social. Essa finalidade mantém-se, vinte anos depois. E se a erradicação da pobreza e da exclusão social pode ser considerada uma utopia, as batalhas travadas em prol da diminuição do seu impacto afiguram-se, cada vez mais, uma forma incontornável de agir em favor dos mais desfavorecidos.

Características daqueles dois conceitos, a transversalidade e a interação das diferentes esferas das sociedades atuais resultam numa complexa interpretação dos fenómenos que para si contribuem. É por isso mesmo que o diagnóstico social (DS) levado a cabo pela RS encerra um conjunto de abordagens pluridisciplinares e multissetoriais, capazes de compreender, sob vários pontos de vista, os contornos das vulnerabilidades sociais.

A organização do DS na presente atualização divide-se, por consequência do que acabamos de afirmar, em cadernos temáticos, autónomos e independentes, mas complementares entre si. As páginas deste documento constituem um desses cadernos temáticos, porventura o que maior influência direta terá na finalidade referida no primeiro parágrafo, designadamente através das implicações que exerce na definição do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), nos planos anuais de ação e em projetos e/ou respostas sociais que visam a promoção do bem-estar social. O conhecimento das principais vulnerabilidades sociais do conselho e dos recursos disponíveis para as combater constitui o ponto de ancoragem para uma intervenção social devidamente sustentada e sustentável.

Tal como nos demais cadernos temáticos, o atual documento está pensado de modo a permitir a sua constante atualização¹. As permanentes mutações sociais de um quotidiano cada vez mais global assim o exigem, sob pena de tornarmos aquilo que pretende ser uma ferramenta de trabalho atualizada num documento obsoleto de arquivo.

A versão 2.0 deste caderno foi aprovada em agosto de 2024 pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS).

Nas páginas seguintes, e após uma descrição da prefiguração metodológica subjacente à elaboração do caderno, apresentamos mais em pormenor as vulnerabilidades e os recursos do concelho, de acordo com os dados apurados, fornecendo sempre algumas pistas de intervenção por área temática, capazes, do nosso ponto de vista, de minimizar o impacto das dificuldades atravessadas por várias famílias do concelho.

¹ Para uma compreensão da lógica subjacente à numeração dos cadernos de diagnóstico, vd. CLAS, 2014: 6.

: OPÇÕES METODOLÓGICAS

As opções metodológicas que sustentam o DS recaem na complementaridade das técnicas quantitativas com as técnicas qualitativas de recolha de informação. As vantagens que daí advêm parecem-nos evidentes, com claros ganhos – sistematização e extensividade – para a análise efetuada. Sem esquecer, naturalmente, a premissa fundamental do trabalho da RS, assente numa lógica de investigação-ação, em que o conhecimento da realidade sustenta a intervenção a desenvolver. Eis alguns dos procedimentos adotados no processo de recolha de informação.

- Análise de conteúdo de documentos de vária índole;
- Análise estatística de indicadores temáticos, resultantes não apenas da consulta aos censos de 2021 do Instituto Nacional de Estatística (INE), mas também do recurso a outros relatórios de diagnóstico, bem como outras fontes de informação – com, por exemplo, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e o Núcleo Local de Inserção (NLI) da medida Rendimento Social de Inserção (RSI) – que o concelho já possui;
- Grupo focal de técnicos/as de intervenção social do concelho, para o levantamento de problemas existentes por cada área temática de intervenção;
- Construção de uma base de dados concelhia com informação das respostas sociais disponíveis, através de uma consulta a todas as entidades do CLAS.

Seguindo as orientações dos serviços centrais da RS, do Instituto de Segurança Social, I. P. (ISS. I.P.), importa ainda referir que foram contemplados os indicadores mínimos comuns a todos os concelhos e a

todas as redes sociais, ainda que a dimensão da informação recolhida tenha um alcance de maior amplitude.

A conjugação dos números – e o seu suporte para as opiniões e intervenções formuladas – com a experiência partilhada de todos os parceiros do CLAS, sejam técnicos/as, dirigentes ou presidentes de junta de freguesia e de uniões de freguesia, concedem a este caderno a condição necessária para fundamentar as políticas sociais dos próximos anos no concelho de Santo Tirso.

Face ao exposto, o caderno foi organizado segundo a apresentação de pontos e subpontos temáticos, nos quais são fornecidas, sempre que tal se afigurou uma possibilidade, as estatísticas disponíveis, a visão dos/as técnicos/as de intervenção social do concelho, as respostas e projetos existentes e, no final, algumas pistas de intervenção.

: 1. INFÂNCIA E JUVENTUDE

A primeira área estratégica que apresentamos neste caderno reporta à intervenção junto das crianças e jovens do concelho. Faremos uma incursão pela informação estatística disponível, nomeadamente a que obtivemos junto da CPCJ, seguindo-se uma referência aos resultados do grupo focal de técnicos de intervenção social e à visão territorializada das CSF e das CSIF. Finalizamos com a indicação das respostas sociais existentes neste domínio.

: 1.1. Crianças e jovens em perigo – os números e os factos da CPCJ de Santo Tirso

A esfera da infância e juventude, em particular a situação de perigo a que muitas vezes estão sujeitas, tem vindo a ser definida no seio da RS como prioridade de intervenção. A par daquilo que representa a opinião dos técnicos de intervenção social do concelho que teremos oportunidade de apresentar adiante, para conhecermos com maior precisão a realidade desta área afigura-se inevitável o recurso aos dados da CPCJ de Santo Tirso. É neste sentido que passamos a descrever alguma informação extraída do seu último relatório de atividades, alusivos aos anos compreendidos entre 2021 e 2023, nomeadamente no que concerne à sua dinâmica processual.

Tratando-se de uma estrutura de parceria que produz os seus próprios relatórios estáticos, que suportam toda a sua intervenção, parece-nos desnecessário replicar todo o seu conteúdo, que pode ser consultado diretamente na fonte (CPCJ, 2024). Não obstante, citamos as suas conclusões (Idem: 13), que nos permitem ficar com a caracterização dos principais focos de preocupação:

Assim, o ano de 2023 evidenciou:

- O aumento de processos instaurados (+ 5,6%);
- O aumento dos processos transitados do ano anterior (+ 9,7%);
- O aumento do número de processos ativos em 2023 (+ 29,8%), reflexo do aumento do número de sinalizações, do aumento de processos transitados e instaurados e da diminuição do número de processos arquivados;
- O aumento do número de sinalizações (+13,8%), relacionado com:
 - As ações de sensibilização que têm sido efetuadas junto dos Estabelecimentos de Ensino;
 - As atividades alusivas à prevenção e sensibilização para a temática da Promoção e Proteção junto da comunidade em geral, realizadas não só pela CPCJ de Santo Tirso, mas também, pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens;
 - Aumento da Consciencialização da população para as problemáticas de promoção e proteção;
 - Aumento da gravidade e agudização das situações sinalizadas/situações de perigo;
- Que as situações sinalizadas se reportam, maioritariamente, à exposição das crianças/jovens a comportamentos que afetam o seu adequado desenvolvimento, seguidas, contrariamente aos anos anteriores, pelas situações de negligência, passando as sinalizações referentes ao direito à educação para terceiro lugar;
- Que as sinalizações incidem nas faixas etárias dos 11 -14 anos (101), dos 15-17 anos (73) e dos 6-10 anos (70), com uma vasta diversidade de problemáticas associadas, situação que continua a manter-se nos últimos anos. De ressaltar a subida significativa de

sinalizações na faixa etária dos 3-5 anos, de 32 para 50, o que reflete um aumento de 56,2%, comparativamente ao ano anterior.

- Que a problemática de exposição das crianças/jovens a comportamentos que afetam o seu adequado desenvolvimento (designadamente no que se refere à exposição a violência doméstica) e a problemática da negligência (pela primeira vez), são transversais a todos os grupos etários;
- Que as medidas de promoção e proteção mais aplicadas são as que privilegiam a manutenção da criança/jovem em meio natural de vida, com especial destaque para a medida de “Apoio junto dos Pais” (60 acordos de promoção e proteção – 89,6%), em detrimento das medidas de colocação “Acolhimento Residencial” que representam 1,5% dos acordos celebrados, mantendo a tendência dos anos anteriores;

: 1.1.1. Apontamentos sobre o funcionamento da CPCJ

No âmbito do trabalho desenvolvido junto dos menores em perigo, a CPCJ, que revela proximidade ao Tribunal de Família e Menores, assume um papel de protagonista, prevenindo ou combatendo de forma veemente os fatores de risco/perigo de que muitas vezes são alvo. Neste sentido, quisemos apurar algumas características quanto ao seu funcionamento que nos permitam conhecer melhor a sua estrutura de parceria, entrevistando os técnicos da Câmara Municipal afetos à comissão.

Com efeito, podemos afirmar que estamos perante uma equipa multidisciplinar de membros, que tende a fortalecer a intervenção necessária junto dos menores ou das respetivas famílias. Para esta multidisciplinaridade contribui um conjunto diverso de parceiros e

interlocutores que revelam um envolvimento ativo no trabalho da comissão e que potenciam a capacidade de gerar sinergias com os serviços/projetos existentes no território. Refira-se, a este propósito, as instituições de acolhimento de crianças e jovens até aos 18 anos, o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) da Associação de Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso (ASAS) e os projetos de intervenção comunitária promovidos pela Câmara Municipal de Santo Tirso (CMST) e pelas IPSS do concelho que apoiam ao nível do desenvolvimento de competências das famílias.

Todavia, a CPCJ apresenta alguns indícios que podem comprometer um funcionamento adequado às necessidades do seu público-alvo. Reportamo-nos, concretamente, ao tempo limitado de afetação dos parceiros à CPCJ e à rotatividade de técnicos (consequência da limitação de mandatos).

Estas constatações podem ser ainda mais preocupantes, se observarmos a tendência de aumento de sinalizações de crianças e jovens em perigo. A comemoração anual do Mês da Prevenção dos Maus-tratos na Infância, no âmbito da informação, sensibilização e prevenção, bem como a atuação ao nível da reparação dos problemas detetados, podem ajudar a minimizar esta ameaça.

: 1.2. Respostas sociais para a ‘infância e juventude’: o palco concelhio de intervenção

Observado o cenário dos principais problemas que afetam Santo Tirso no âmbito da intervenção junto de crianças e jovens, concretamente nas questões relacionadas com o perigo a que estão expostas/os, importa

perceber quais as respostas atualmente existentes nesta área, bem como as suas necessidades.

Tabela 1. Caracterização dos equipamentos de solidariedade social de apoio à infância e juventude, em agosto de 2024

	Instituição	Freguesia	Capacidade ¹⁾	Lista de espera
Creche	Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova	Monte Córdova	30	15
	Associação de Solidariedade Social S. Tiago de Rebordões	Rebordões	33	s/ info ⁵⁾
	Associação do Infantário de S. Tomé de Negrelos	S. Tomé de Negrelos	52	30
	Casa de Beneficência Dias Machado	Vila Nova do Campo	70	s/ info ⁵⁾
	Centro de Ação Social de Acolhimento à Terceira Idade de Roriz	Roriz	35	s/ info ⁵⁾
	Cruz Vermelha Portuguesa (Centro Infantil de Santo Tirso)	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	40	s/ info ⁵⁾
	Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso		58	20
	Total		318	65
Jardim-de-infância	Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova	Monte Córdova	25	0
	Associação do Infantário de S. Tomé de Negrelos	S. Tomé de Negrelos	44	0
	Casa de Beneficência Dias Machado	Vila Nova do Campo	120	s/ info ⁵⁾
	Cruz Vermelha Portuguesa (Centro Infantil de Santo Tirso)		61	s/ info ⁵⁾
	Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	69	0
	Jardim-Escola João de Deus		46	0
	Total		365	0
ATL	Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe	Vila das Aves	40	0
	Associação do Infantário de S. Tomé de Negrelos	S. Tomé de Negrelos	20	0
	Associação Social de Guimarei	U.F.L.G.	30	s/ info ⁵⁾
	Total		90	0
CAT	Associação Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	24 ²⁾	0
			12 ³⁾	0
		Vila das Aves	12 ⁴⁾	0
	Total		48	0
AA	Associação Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	4	0
		Total	4	0

Fonte:

Câmara Municipal de Santo Tirso, Divisão de Ação Social.

Notas:

¹⁾ Capacidade do equipamento (N.º máximo de pessoas permitidas com acordo com a Segurança Social);

²⁾ CAT 0-6 anos de idade;

³⁾ CAT 6-12 anos de idade;

⁴⁾ CAT 12-18 anos de idade.

⁵⁾ A recolha de informação sobre este tema coincidiu com o período de férias de verão, em 2024, dificultando o acesso aos dados.

Por imperativos de prazo de fecho do documento, a atualização desta informação deverá ser levada a cabo na próxima versão deste caderno temático.

Legenda:

AA – Apartamento de Autonomia;

ATL – Atividades de Tempos Livres;

CAT – Centro de Acolhimento Temporário para menores;

U.F.A.P.L.S. – União de Freguesias de Areias, Palmeira, Lama e Sequeirô;

U.F.L.G. – União de Freguesias de Lamelas e Guimarei;

U.F.S.T.C.S.C.S.M.B. – União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães.

As necessidades que podemos apurar através da tabela 1 passam pela lista de espera relativamente à valência de creche, para a qual importa conseguir

resposta, independentemente da área geográfica em que a mesma possa ficar instalada.

Não será despidendo referir, no entanto, a previsível abertura da creche em Vila das Aves com capacidade para 46 crianças, facto que poderá atenuar as necessidades observadas.

:1.3. Infância e Juventude: notas para uma intervenção futura

Como vimos, uma grande parte deste ponto é dedicada ao perigo a que muitos menores estão sujeitos, através da apresentação dos dados da CPCJ, cujo trabalho se revela extremamente importante no combate às situações de risco a que muitas crianças e muitos jovens estão expostos. Parece-nos importante sugerir o fortalecimento das parcerias firmadas neste domínio, quer no campo da proteção, quer no foro da prevenção, sensibilizando a comunidade para esta temática e desenvolvendo competências parentais junto das famílias sinalizadas, coadjuvadas pela promoção de competências sociais e pessoais nos domínios tidos por adequados ao contexto em que opera a intervenção.

Por fim, e considerando a lista de espera observada na valência de creche, sem prejuízo da observação efetuada relativamente ao esperado aumento da capacidade instalada, constata-se uma clara necessidade de mais respostas de solidariedade social, o que, por sua vez, acaba por ir ao encontro da política do Estado português, ao pretender garantir que nenhuma família fica desprovida desta resposta social e educativa, ao mesmo tempo que nos parece ser uma medida que pode ajudar no aumento da natalidade.

: 2. DEFICIÊNCIA

: 2.1. Censos 2021 – população residente segundo as dificuldades de realização de atividades diárias

Damos início ao ponto respeitante à deficiência com uma alusão ao Recenseamento Geral da População de 2021, realizado pelo INE, que não permite conhecer a realidade das pessoas com deficiência, tal como já havia sucedido com os censos anteriores. De facto, a leitura dos dados apurados não permite distinguir pessoas com deficiência de pessoas que, por força da idade, vão perdendo algumas das suas faculdades, como, por exemplo, a visão, a audição ou a mobilidade. Do mesmo modo, os censos não permitem identificar os deficientes orgânicos (como os doentes renais e os hemofílicos) ou as pessoas com deficiência resultante de uma doença oncológica.

Como será fácil antever, perante a ausência destes dados não é possível decifrar qual o modo de sobrevivência que as pessoas com deficiência têm associado, quer ao nível da ocupação, quer dos rendimentos, quer da sua integração familiar e/ou institucional. Ora, sem este enquadramento, a fundamentação de políticas sociais direcionadas para estas pessoas não se afigura fácil, sobretudo do ponto de vista regional e/ou nacional. Não obstante, parece-nos importante debruçarmo-nos sobre os tipos de dificuldades previstas no questionário administrado à população portuguesa, no que às pessoas com 15 ou mais anos diz respeito.

Os dados enunciados revelam, para o território de Santo Tirso, um número suficientemente elevado de pessoas que não veem, nem ouvem (132,

respetivamente), da mesma forma que os números são ainda mais preocupantes quando analisamos atividades da vida diária como andar ou subir degraus (836), ter capacidade de concentração ou de memória (590), tomar banho ou vestir-se sozinho/a (1 187) e compreender os/as outros/as ou fazer-se compreender (373). A realidade é exponenciada se tivermos em linha de conta as pessoas que mostraram ter muitas dificuldades em cada uma das ações enunciadas.

: Tabela 2. População residente com 15 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade e local de residência, por grau de dificuldade, em 2021

Local de residência	Dificuldade											
	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
	MD	NC	MD	NC	MD	NC	MD	NC	MD	NC	MD	NC
Portugal	323 022	22 862	257 170	23 104	495 143	109 546	251 361	78 550	12 140	162 100	980 37	49 333
Norte	113 181	7 236	91 860	7 559	175 991	37 481	89 018	27 346	45 875	57 337	349 59	18 300
AMP	51 690	3 426	40 752	3 526	79 529	16 497	41 233	12 516	20 315	24 868	154 98	7 740
Santo Tirso	2 154	132	1 885	132	3 228	836	1 662	590	889	1 187	722	373

Fonte:

INE – XVI Recenseamento Geral da População, 2021.

Legenda:

MD: Tem muita dificuldade;

NC: Não consegue efetuar a ação.

: 2.2. Respostas sociais para a ‘deficiência’: o retrato concelhio

No que toca aos equipamentos disponíveis para apoio a deficientes, a realidade é diferente da que foi apresentada no DS de 2004, já que para além da Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente (CAID), está em funcionamento mais uma instituição – a Casa de Acolhimento Sol Nascente (CASL). As valências e outras respostas, a capacidade, o número de utentes, a lista de espera e as vagas que caracterizam estas entidades encontram-se descritas na tabela seguinte, cuja leitura não deixa dúvidas quanto à necessidade de mais equipamentos e/ou vagas nas valências de CACI de Residência Autónoma. A lista de espera, acrescida da necessidade, apurada

junto dos técnicos de intervenção social, de construção de estruturas residenciais para deficientes que não têm retaguarda familiar, vem corroborar aquilo que dissemos atrás e que aponta para uma clara necessidade de mais respostas nesta área, cuja prioridade se pode considerar de elevada.

: Tabela 3. Caracterização dos equipamentos de solidariedade social de apoio à deficiência, em agosto de 2024

Valência/Resposta	Instituição	Freguesia	Capacidade ¹⁾	Lista de espera
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	CAID	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	70	26
	CASL	Monte Córdova	29	25
	Total		99	51
Residência Autónoma	CAID	U.F.A.S.L.P.	10	32
	Total		10	32

Fonte:

Câmara Municipal de Santo Tirso, Divisão de Ação Social.

Notas:

¹⁾ Capacidade do equipamento (N.º máximo de pessoas permitidas com acordo com a Segurança Social);

Legenda:

CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente;

CASL – Casa de Acolhimento Sol Nascente;

U.F.A.S.L.P. – União de Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira;

U.F.S.T.C.S.C.S.M.B. – União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães.

: 2.3. Pistas de intervenção

Os dados estatísticos disponíveis não deixam dúvidas quanto à necessidade de se potenciarem as respostas existentes, aplicando a sua intervenção. A criação de novas respostas, com capacidade para acolher pessoas com deficiência durante o dia, mas também com capacidade residencial, configuram outra necessidade bem evidente em Santo Tirso e que, quando existentes, permitem diminuir o sofrimento de muitas famílias, algumas relevadas para situações de maior vulnerabilidade por ausência de retaguarda para os/as seus/suas filhos/as.

No momento de atualização deste diagnóstico, encontram-se em fase de conclusão o Lar Residencial da CASL, que será coadjuvado por CACI, em S. Tomé de Negrelos, tal como o novo polo da CAID, em Vila Nova do Campo. Trata-se, portanto, não apenas do alargamento das respostas existentes, como também da descentralização das mesmas, favorecendo famílias que vivem mais distantes do principal centro urbano do concelho.

A este propósito, importa mencionar que as freguesias situadas na zona sul do concelho continuam desprovidas de respostas sociais, agravando as dificuldades de quem delas necessita.

O que acabamos de expor não nos inibe de dizer que deve ser mantida a aposta em estruturas de apoio a pessoas com deficiência, ampliando o número de lugares em CACI e as respostas residenciais.

Sendo a deficiência uma área que assume claros contornos de prioridade elevada no concelho de Santo Tirso, deixamos ainda em aberto a necessidade de aprofundar a informação disponibilizada pelos Censos 2021, cruzando-a com informação qualitativa, recolhida junto das IPSS que trabalham na área. Dados respeitantes aos escalões etários, por exemplo, ou a alunos com necessidades educativas específicas, permitirão agilizar a articulação necessária com a Equipa Local de Intervenção (ELI), com a comunidade escolar ou com outras respostas da sociedade civil. Só um conhecimento mais profundo da realidade poderá orientar políticas sociais adequadas.

: 3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Vinte anos depois da primeira edição do Diagnóstico Social de Santo Tirso, a opacidade da violência doméstica continua a fazer-se sentir, embora já não com o peso de então. De facto, periodicamente temos assistido nos relatos noticiados pelos diversos meios de comunicação social que cada vez mais há uma tendência para as denúncias por parte das vítimas, ainda que estejamos longe da situação desejada.

Atualmente, não dispomos de estatísticas oficiais que permitam ilustrar a realidade concelhia. As dificuldades de recolha de informação junto das entidades oficiais não facilitam o trabalho do pessoal técnico e das entidades que pretendam levar a cabo um trabalho estruturado neste campo. Um problema que causa tanto mais apreensão, quanto sabemos que o crime de violência doméstica contempla vários tipos de violência, bem como várias vítimas (crianças, adultos/as e pessoas idosas).

Os dados ilustrados em 2020 respeitantes ao ano de 2017 apontavam para um total 112 ocorrências, cuja média de idades se cifrava nos 47 anos, maioritariamente do sexo feminino. Predominava o estado civil ‘casado/a’, com filhos/as, sobretudo menores, que acabam por ser sinalizados à CPCJ, que posteriormente avalia a necessidade de intervenção. Aliás, é também esse o procedimento adotado com pessoas idosas e adultas dependentes, cujas sinalizações podem ser comunicadas à Comissão Municipal de Proteção de Idosos e Adultos Dependentes. O nível de escolaridade das vítimas não ultrapassava o 9.º ano de escolaridade, na sua maioria, e a qualificação profissional também não se revelou elevada.

Embora a violência doméstica represente um fenómeno transversal a todas as classes sociais, ele é mais visível nas classes menos favorecidas (como nos indicam os dados apurados) porque existe maior facilidade em denunciar o crime às autoridades, enquanto nas classes sociais mais favorecidas a vergonha e exposição pública é um fator que pode dificultar o momento da denúncia. Nestes casos, é relativamente frequente a denúncia elaborada diretamente no Ministério Público, desconhecendo-se o número de queixas apresentadas na nossa comarca.

No que respeita ao tipo de violência exercida, destaca-se a violência física e a violência psicológica.

Por fim, entre os casos que assinalaram ter algum problema associado, o consumo de álcool sobrepõe-se de forma destacada, tendo inclusivamente aumentado ao longo dos anos. Como demonstram vários estudos realizados o âmbito da violência doméstica (*Vd.*, por exemplo, Johnson, M. P., 2005: p. 1126-1130), o consumo excessivo de bebidas alcoólicas ou abuso de outro tipo de substâncias aditivas não é diretamente responsável pela violência cometida pelos agressores. Sabe-se, contudo, que essas substâncias provocam um efeito desinibidor que facilita o momento da agressão.

Como referimos, a caracterização da violência doméstica em Santo Tirso apresentada remete ao ano de 2017. Estando perfeitamente desfasada no tempo, a sua menção neste espaço visa servir de ponto de partida para um diagnóstico atualizado, que será proposto adiante, enquanto pista de intervenção futura. Só assim será possível uma intervenção direcionada para determinados grupos sociais, tentando reduzir ao máximo possível a dimensão do fenómeno social.

: 3.1. Respostas sociais para a ‘violência doméstica’: o retrato concelhio

O concelho tem vindo a desenvolver um amplo trabalho de articulação entre instituições no domínio da violência doméstica. Falamos de situações de acompanhamento psicológico e social de vítimas integradas na Casa Abrigo. Falamos, também, de um compromisso das instituições do concelho com a resolução das situações de violência doméstica observadas, em complemento às iniciativas de prevenção levadas a cabo pelas forças de segurança.

O reflexo do que acabamos de dizer é o Grupo Temático da Violência Doméstica (GTVD), que iniciou funções em dezembro de 2017 e já conta com um alargado leque de atividades, como é disso exemplo a comemoração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres ou do Dia dos Namorados, com sensibilização para a violência no namoro.

Outro destaque vai para a participação do Ministério Público, que com maior proximidade aos parceiros permite agilizar as situações mais complexas de violência doméstica. Fazem parte do GTVD a Câmara Municipal, a Segurança Social, a Unidade Local de Saúde, a GNR, a PSP e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso.

Na área da violência doméstica, o concelho de Santo Tirso dispõe de uma Casa Abrigo para mulheres vítimas, da responsabilidade e pertença da ISCMST. Trata-se de uma resposta de cariz nacional (com capacidade para 38 utentes que lá podem permanecer em regime temporário) que serve de rampa de lançamento para um novo projeto de vida.

De acordo com a informação que conseguimos apurar junto da ISCMST, desde a criação deste equipamento social que a capacidade tem estado praticamente sempre lotada. Apesar de esta ser uma valência cuja lista de espera é, diariamente, uma variável incógnita, esse preenchimento de toda a sua capacidade indicia a necessidade de se alargar esta resposta.

: Tabela 4. Caracterização dos equipamentos de solidariedade social de apoio a vítimas de violência doméstica, em agosto de 2024

Valência	Instituição	Freguesia	Capacidade ¹⁾	Lista de espera
Casa	Irmandade e Santa casa da Misericórdia de Santo Tirso	UFSTCSCSMB	38 ^{a)}	10 ^{b)}
Abriço		Total	38	10

Fonte:

Câmara Municipal de Santo Tirso, Divisão de Ação Social.

Notas:

¹⁾ Capacidade do equipamento (N.º máximo de pessoas permitidas com acordo com a Segurança Social);

^{a)} 13 lugares são destinados a situações de emergência;

^{b)} Estimativa mensal de lista de espera.

Legenda:

UFSTCSCSMB – União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães.

Atualmente, o concelho dispõe de várias técnicas de intervenção social com curso de Técnico de Apoio à Vítima, que nos permite aqui afirmar com segurança a existência de atendimento especializado em prol das pessoas que recorrem às diferentes entidades concelhias.

Parece-nos ainda importante salientar a recente criação de um grupo de trabalho direcionado para esta área na Área Metropolitana do Porto, com representação de todos os seus municípios. Trata-se de concertar uma estratégia metropolitana, capaz de responder às necessidades mais complexas e transversais de todo o território.

No momento em que fechamos este documento, está em curso a adesão do Município de Santo Tirso à Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência

Doméstica, facto que possibilitará a criação do tão aguardado Gabinete Municipal de Apoio a Vítimas e por essa via beneficiar de todas as vantagens de uma rede de âmbito nacional.

Por fim, uma nota para enunciar uma novidade face à última atualização do presente diagnóstico, que se prende com a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, executado sob a supervisão da recentemente criada Equipa para a Igualdade na Vida Local, composta por um especialista do tema, uma IPSS, pelo Conselheiro Interno para Igualdade, pela Conselheira Interna para a Igualdade, pela Conselheira externa para a Igualdade e por vários dirigentes da câmara municipal. Trata-se de um plano de grande amplitude, por um lado, mas com ainda maior margem de crescimento, por outro, visando a promoção dos direitos humanos e a igualdade entre todos/as.

: 4. POPULAÇÃO IDOSA

: 4.1. Respostas sociais para a ‘população idosa: o retrato concelhio

O duplo envelhecimento da pirâmide etária a que assistimos nos últimos anos no nosso país legitima a preocupação global observada no apoio às pessoas idosas. Essa preocupação está refletida em diversos domínios, desde o nível mais micro das freguesias, até à canalização de verbas específicas do Estado para a construção e/ou ampliação de equipamentos e respostas sociais desta área. É, pois, chegada altura deste caderno para equacionarmos as necessidades mais prementes em Santo Tirso a este nível, caracterizando as valências existentes.

Do ponto de vista dos equipamentos sociais, Santo Tirso conta com uma vasta rede de respostas (ilustradas na tabela 5), que vão desde os centros de dia ao SAD, passando pelas estruturas residenciais e até mesmo por Lares de Grandes Dependentes (LGD). Esta variedade atravessa várias freguesias do concelho, ainda que se denote algum predomínio das zonas norte e nascente, por comparação à zona sul.

Entre os dados apurados, é possível afirmar uma clara necessidade de mais lugares em estruturas residenciais para pessoas idosas, as quais contam com uma elevada lista de espera, mesmo tendo em conta que algumas das pessoas que representam estes números podem repetir-se em listas de espera de diferentes entidades, o que apenas conseguiríamos apurar com o conhecimento das listas nominais. Com listas de espera de menor dimensão,

observa-se também a necessidade de investimento em estruturas para grandes dependentes e Centros de Dia.

A abordagem multi-método subjacente à construção do diagnóstico permitiu-nos também obter outras fontes de informação, complementares aos dados estatísticos, e que nos reforçaram, pela evidência empírica, a necessidade de criar mais respostas em estruturas residenciais de solidariedade social dirigidas a pessoas idosas. A unanimidade observada pelos/as técnicos/as de intervenção social durante o grupo focal mostra, com um elevado grau de certeza, a premência de uma intervenção nesta área, o que poderá passar pelo alargamento da capacidade concelhia no âmbito daquela valência ou por alternativas que respondam às necessidades deste estrato populacional.

Às valências atrás mencionadas acresce uma lista de centros de convívio espalhados pelas freguesias do concelho. Reportamo-nos a uma estrutura que permite a ocupação pontual de pessoas idosas, com dinamização de atividades de vária índole, organizadas e dinamizadas com a sua participação ativa. Estas respostas permitem igualmente prevenir a solidão e o isolamento, fomentar relações interpessoais e retardar (ou evitar) o recurso à institucionalização. Em Santo Tirso são 10 as estruturas existentes, a saber: ARVA – Associação de Reformados de Vila das Aves; Centro de convívio de Guimarei; Centro de convívio de Refojos; Centro de convívio de Santa Maria Madalena (Santo Tirso); Centro de convívio de Santo Tirso; Centro de convívio de Sequeirô; Centro de convívio de S. Tiago da Carreira; Centro de convívio de S. Tomé de Negrelos; Centro Social de Burgães; Centro Social S. Rosendo (São Miguel do Couto).

: Tabela 5. Caracterização dos equipamentos de solidariedade social de apoio à população idosa, em agosto de 2024

	Instituição	Freguesia	Capacidade ¹⁾	Lista de espera
Centro de Dia	AS – Associação de Solidariedade Social	Vila Nova do Campo	30	0
	Associação Solidariedade Humanitária de Monte Córdova	Monte Córdova	20	4
	Associação de Solidariedade Social S. Tiago de Rebordões	Rebordões	60	0
	Associação do Infântário de S. Tomé de Negrelos	S. Tomé Negrelos	20	3
	Centro Ação Social Acolhimento à Terceira Idade de Roriz	Roriz	21	0
	Centro Social e Paroquial de Santa Cristina do Couto	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	50	s/ info
	Centro Social e Paroquial de Vilarinho	Vilarinho	20	5
	Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	12	0
	Lar Familiar da Tranquilidade	Vila das Aves	10	0
	S. Tiago – Associação de Solidariedade Social de Areias	U.F.A.P.L.S.	25	9
	Total		268	21
ERPI	AS – Associação de Solidariedade Social	V. Nova do Campo	25	100
	Associação Solidariedade Humanitária de Monte Córdova	Monte Córdova	15	100
	Associação de Solidariedade Social S. Tiago de Rebordões	Rebordões	28	274
	Centro Ação Social Acolhimento à Terceira Idade de Roriz	Roriz	30	70
	Centro Social e Paroquial de Santa Cristina do Couto	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	15	s/ info
	Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	74	12
	Lar Familiar da Tranquilidade	Vila das Aves	50	s/ info
	S. Tiago – Associação de Solidariedade Social de Areias	U.F.A.P.L.S.	31	331
	Total		268	887
LGD	Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	92	20
	Total		92	20
SAD	AS – Associação de Solidariedade Social	V. Nova do Campo	30	0
	Associação Solidariedade Humanitária de Monte Córdova	Monte Córdova	15	0
	Associação de Solidariedade Social S. Tiago de Rebordões	Rebordões	50	2
	Associação do Infântário de S. Tomé de Negrelos	S. T. Negrelos	70	0
	Centro Ação Social Acolhimento à Terceira Idade de Roriz	Roriz	12	0
	Centro Social e Paroquial de Santa Cristina do Couto	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	20	s/ info
	Centro Social e Paroquial de Vilarinho	Vilarinho	30	4
	Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	100	0
	Lar Familiar da Tranquilidade	Vila das Aves	30	0
	S. Tiago – Associação de Solidariedade Social de Areias	U.F.A.P.L.S.	40	0
	Total		397	6

Fonte:

Câmara Municipal de Santo Tirso, Divisão de Ação Social.

Notas:¹⁾ Capacidade do equipamento (N.º máximo de pessoas permitidas com acordo com a Segurança Social);**Legenda:**

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;

LGD – Lar de Grandes Dependentes;

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário;

U.F.A.P.L.S. – União de Freguesias de Areias, Palmeira, Lama e Sequeirô;

U.F.C.R. – União de Freguesias de Carreira e Refojos;

U.F.L.G. – União de Freguesias de Lamelas e Guimarei;

U.F.S.T.C.S.C.S.M.B. – União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães.

O concelho dispõe ainda da Comissão Municipal de Proteção de Idosos e Adultos Dependentes (CMPIAD), criada em 2018 em resultado das necessidades diagnosticadas pelo CLAS. Trata-se de uma estrutura municipal assente no trabalho em rede, que, para além da Câmara Municipal e da Segurança Social, reúne parceiros da área da saúde, da segurança e do apoio a pessoas idosas e pessoas com deficiência, bem como o representante das Juntas de Freguesia com assento no Núcleo Executivo do CLAS e pessoas idosas e/ou adultos/as dependentes em representação de todas as freguesias do concelho. A esta parceria, podem ainda ser chamadas outras entidades que sejam consideradas importantes para o debate de determinada matéria.

A CMPIAD organiza-se através de sessões plenárias, de um Núcleo Operacional e de um Grupo Temático ('Idosos e Deficiência'). O Núcleo Operacional tem a função principal de tentar encontrar soluções para problemas complexos de pessoas idosas ou adultas dependentes em situação de vulnerabilidade social, enquanto o Grupo Temático opera no sentido da preparação, monitorização e avaliação do plano de ação nos referidos temas. Em suma, estamos perante uma nova resposta que poderá contribuir decisivamente para a diminuição dos problemas que afetam os/as seus/suas destinatários/as.

Constitui novidade face à última atualização deste caderno a execução do projeto 'Viver Mais', com promoção da Câmara Municipal de Santo Tirso e com a parceria de várias IPSS do concelho, sob o financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito do Programa Comunidades Desfavorecidas, da Área Metropolitana do Porto (AMP). Trata-se de um projeto com uma intervenção complementar entre as áreas da terapia ocupacional, psicologia e serviço social, tendo por objetivo promover o

bem-estar e o aumento da qualidade de vida de pessoas idosas e/ou adultas dependentes que estejam institucionalizadas.

: 4.2. Sobre as prioridades de intervenção futura

Sendo a longevidade das pessoas um facto cada vez mais consumado e salutar, mas conhecendo-se, em simultâneo, a incontornável realidade do contexto profissional dos nossos dias e que impossibilita as famílias de prestar a devida atenção aos/às seus/suas idosos/as, urge investir todos os esforços na garantia de patamares de qualidade de vida dignos para todos/as aqueles que durante vários anos emprestaram à sociedade as suas capacidades, as suas competências e as suas qualificações. Trata-se, por um lado, de minimizar os efeitos do isolamento social – ou, se possível, evitar que o mesmo aconteça – e, por outro lado, de potenciar as respostas adequadas às necessidades das pessoas idosas, incrementando um reforço da importância que a família deve assumir neste campo de intervenção.

E isso pode acontecer por diferentes vias, que passamos a enumerar:

- Proporcionar momentos de formação a técnicos/as e cuidadores/as que trabalhem com a população idosa na área das demências. A articulação com a saúde revela-se imprescindível neste domínio;
- Aumentar o número de vagas em centros de dia e em estruturas residenciais para pessoas idosas, de solidariedade social;
- Impulsionar a criação de famílias de acolhimento de pessoas idosas como alternativa à institucionalização. Esta pode ser uma solução não apenas para as necessidades dos/as idosos/as, mas também para as dificuldades financeiras que algumas famílias atravessam, nomeadamente provocadas por situação de desemprego ou por

efeitos das recentes crises internacionais, guerras e crescente inflação;

- Recorrer ao voluntariado para apoiar em pequenas tarefas domésticas (serviços/reparações), na medicação, em momentos de companhia, etc..

A realidade demográfica é incontornável e as previsões não deixam antever grandes modificações mesmo a médio prazo. Importa, por isso, prestar o melhor serviço possível, reforçando o apoio prestado de acordo com as necessidades que empiricamente se têm vindo a observar. É nesse sentido que apontamos as anteriores sugestões.

É também no sentido de melhorar o apoio prestado que, a partir da versão 1.5 deste caderno, o Grupo Temático 'Idosos e Deficiência' e a Comissão Municipal de Proteção de Idosos e Adultos Dependentes (CMPIAD) aprovaram a uniformização do conceito de isolamento social, que passamos a referir:

Isolamento social – situação em que uma pessoa, independentemente da sua idade, condição física e local de residência, se encontra, voluntária ou involuntariamente, desprovida de relações ou interações sociais, presenciais ou à distância, nomeadamente familiares, de amizade ou de vizinhança, com implicações para a sua saúde e bem-estar e que podem dar lugar ao sentimento de solidão.

A necessidade de definição deste conceito surge no âmbito do trabalho desenvolvido pelo grupo focal de técnicos/as de intervenção social, que viu na construção deste conceito uma tentativa de uniformizar a linguagem utilizada por todos os parceiros na sinalização de casos à CMPIAD, evitando

situações em que, apesar de se encontrarem sozinhas, as pessoas não estão, efetivamente, isoladas socialmente. Acrescentamos a importância de se promover um levantamento exaustivo das situações de isolamento social de pessoas idosas, garantido um conhecimento da realidade que não será apenas útil do ponto de vista da intervenção social, mas também do ponto na ótica da prevenção de fenómenos extremos e sazonais, como são disso exemplo as vagas de calor.

: 5. SAÚDE MENTAL

Ao longo das sessões de trabalho com os/as técnicos/as do concelho e em particular em alguns momentos dos debates entretanto gerados, tornou-se clara a crescente necessidade de intervir socialmente nas questões relacionadas com a saúde mental. Tratando-se de uma novidade em relação ao DS de 2004 (CLAS, 2004) mas que foi já introduzida no PDS 2011-2013 (CLAS, 2011), esta é uma área cada vez mais premente no processo de desenvolvimento social concelhio, uma área que desperta cada vez mais o interesse dos/as profissionais que diariamente tentam minimizar as vulnerabilidades sociais dos indivíduos e das famílias que acompanham.

Por este motivo, parece-nos útil recordar, no âmbito do ciclo de desenvolvimento social que conduz a RS, que chegou a ser promovida uma sessão de informação entre técnicos/as de intervenção social e de saúde conjuntamente com a, então, diretora da Unidade de Saúde Pública (USP) de Santo Tirso. Tratou-se de uma necessidade apurada pelos/as técnicos/as durante o mesmo processo de auscultação levado a cabo em 2010 e da qual resultou a premência de articular esforços com o Ministério Público.

Passados vários anos, mantém-se a necessidade de melhorar a articulação entre a saúde pública e o ministério público, nomeadamente no que respeita à burocracia e dificuldades em volta dos internamentos compulsivos, e à ausência de respostas, quer do ponto de vista da especialização institucional, quer do ponto de vista da integração profissional. Relacionados com estes problemas estão ainda o desgaste familiar e/ou dos/as cuidadores/as, bem como o mal-estar da comunidade em geral, sem

esquecer, naturalmente, o isolamento a que os/as próprios/as doentes ficam sujeitos/as.

As dificuldades de intervenção a este nível prendem-se também com a resistência de alguns/algumas profissionais e com uma imperfeita articulação interinstitucional. A interpretação dos resultados de diagnóstico levado a cabo pelos grupos de trabalho deu-nos a entender que o *modus operandi* de profissionais de medicina nem sempre coincide com o de técnicos/as de intervenção social ou mesmo do Ministério Público.

Do ponto de vista da intervenção estatal, a conjuntura em que nos encontramos é pouco favorecedora de um maior investimento, sendo essa outra das causas dos problemas assinalados. Contudo, sem sair da esfera concelhia, parece-nos que um outro problema, o da falta de formação de técnicos/as e cuidadores/as ou mesmo o estigma social associado às demências, poderá ser reduzido com a intervenção do CLAS.

: 5.1. Contributos para uma intervenção ajustada às necessidades

Como se depreende pelo que acabámos de expor, a saúde mental promove um debate aceso entre os/as técnicos/as do concelho, motivado, entre outros aspetos, pela incongruência que muitas vezes é observada no tipo de intervenção conduzida pelas diferentes entidades. A montante desta situação parece estar uma regulamentação pouco clara, ou, pelo menos, pouco eficaz na promoção dos internamentos compulsivos. Sendo uma área em que já se iniciaram esforços por parte da RS na sequência do anterior PDS, parece-nos importante reforçar a necessidade de tornar o processo de

internamento mais eficiente e uniformizado. Não vemos outra alternativa senão a de promover uma estreita articulação entre todos os organismos com responsabilidades a este nível, com especial destaque para a USP e para o Ministério Público.

Ainda tendo em conta a informação apurada, somos favoráveis a uma intervenção paralela a outros níveis, a saber:

- Formar técnicos/as, cuidadores/as formais e cuidadores informais, com vista à promoção de diagnósticos precoces e a intervenções eficazes;
- Criar estruturas de apoio concelhias no âmbito da saúde mental;
- Informar e sensibilizar a comunidade em geral, e as empresas em particular, para o aumento de situações de doença mental e para a importância de intervir sobre a mesma, com incidência na responsabilidade social do tecido empresarial concelhio, na medida em que pode contribuir para a empregabilidade das pessoas com estes problemas.

Independentemente da concretização das propostas apresentadas, pensamos que o procedimento experimental de 2016, que motivou a redação de um conjunto de orientações de intervenção neste domínio, concertadas entre diversos parceiros com responsabilidades a este nível, deve manter-se ativo, apoiado pela desejada monitorização.

: 6. COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

Desde a elaboração do DS, em 2004 (CLAS, 2004), que as respostas às dependências têm vindo a sofrer alterações significativas, em benefício dos/as seus/suas utentes. Uma breve retrospectiva diz-nos que a CMST operacionalizou, entre 2005 e 2007, um projeto multisectorial – projeto ‘Desafios para a Coesão Social’ –, com destaque para a área das dependências. Desse projeto, resultou a criação da consulta descentralizada de Santo Tirso, do CRI Porto Ocidental, que, em parceria com a Câmara Municipal, começou em 2007 nas instalações da autarquia, na Divisão de Ação Social, a dar resposta aos consumidores de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas do concelho.

No âmbito dessa articulação/parceria, a consulta mantém-se em funcionamento, tendo adotado o modelo preconizado pelo respetivo serviço, abrangendo a mesma problemática – consumos de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas – no âmbito de várias áreas de missão: prevenção, tratamento, reinserção, redução de risco e minimização de danos.

Até 2007 os consumidores de substâncias psicoativas eram acompanhados em tratamento do Porto, estando a grande maioria no CRI Porto Ocidental (antigo CAT da Boavista). Aquando da abertura da consulta, transitaram para a consulta de Santo Tirso 133 indivíduos pertencentes ao concelho, número que começou a crescer com as novas admissões, tendo-se verificado, nos anos subsequentes, um aumento exponencial de novos/as doentes, no âmbito da dependência de drogas ilícitas, lícitas, com ênfase para o álcool, tabaco e jogo. A consulta de jovens iniciou em 2010 e até ao presente tem dado resposta a 100% das situações de jovens em risco.

Relativamente ao tratamento e reinserção, é delineado em equipa multidisciplinar um projeto terapêutico adaptado às características do/a doente, que poderá ser orientado para as diversas respostas: internamento para desabituação, admissão em comunidade terapêutica, admissão em programas farmacológicos agonistas e antagonistas, prevenção de recaída e programa livre de drogas.

Quanto ao consumo de álcool, importa dizer que até 2010 esta problemática foi tratada isoladamente no Centro Regional de Alcoologia do Norte (CRAN). A partir desta data o tratamento foi integrado no sistema existente, que já dava resposta ao tratamento das restantes dependências, passando assim a fazer parte da consulta descentralizada do CRI.

Os/As doentes admitidos/as são sinalizados por diversas entidades parceiras, entre as quais se contam a Unidade local de Saúde, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), a Segurança Social e a CPCJ, para além dos/as próprios/as ou das respetivas famílias.

O histórico de tratamentos rem revelado um perfil baseado em baixos níveis de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico), com situação de desemprego, oriundos, de uma forma geral, de todas as freguesias do concelho e com dependência prolongada.

: 6.1. Respostas sociais para os ‘comportamentos aditivos e dependências’: o retrato concelhio

No DS de 2004 pode ler-se que um dos estrangulamentos do concelho passa pela “inexistência de iniciativas concretas e programas instalados localmente de combate à toxicodependência e ao alcoolismo” (CLAS, 2004:

409-410). Ora, como temos vindo a descrever, essa realidade foi substancialmente alterada, ainda que não estejamos na situação ideal, pelo menos no que toca a respostas habitacionais e de reintegração profissional.

Atualmente, Santo Tirso tem à disposição dos indivíduos com comportamentos aditivos e dependência um conjunto de respostas e oportunidades que permitem sustentar a visão de um futuro mais promissor. Para além do CRI Porto Ocidental, que disponibiliza uma consulta descentralizada para pessoas com comportamentos aditivos e dependência, a funcionar no edifício do antigo centro de saúde de Areias, e que permite evitar deslocações à cidade do Porto (como chegou a acontecer durante o referido projeto «Desafios»), os/as tirsenses podem contar com a atuação da CMST, que nos últimos anos tem feito nesta área um forte investimento em termos de política social. Referimo-nos, em concreto, ao já mencionado projeto “Desafios para a coesão social”, promovido entre 2005 e 2007 em consequência do DS elaborado pela RS em 2004, e ao trabalho subsequente, designadamente através da intervenção da Divisão de Ação Social da autarquia.

O concelho de Santo Tirso beneficia ainda de intervenção na vertente da reinserção social de utentes em tratamento na consulta descentralizada, através da «Casa do Meio Caminho» – casa de reinserção única no modelo de intervenção e que se afigura estrategicamente prioritária desde o projeto «Desafios» –, no âmbito do Projeto Códigos de Vida, cofinanciado pelo ICAD e pela Câmara Municipal de Santo Tirso.

: 6.2. Linhas de orientação futura

As repercussões que os comportamentos aditivos e dependências têm na vida das pessoas, no tocante aos problemas familiares, sociais, profissionais, económicos, de acesso à habitação, de saúde, etc., abrem caminho a situações de violência doméstica, a exposição de crianças a comportamentos de risco, ao divórcio e à conflitualidade conjugal, entre outras consequências. A exclusão social adquire uma dimensão com particulares reflexos colaterais que motivam uma intervenção a montante, nas causas dos problemas, ainda que alguns deles, sabemos, tenham uma amplitude de difícil resolução a curto prazo, como é o caso do desemprego ou da dependência do álcool, ainda representada socialmente enquanto modo de vida.

Consideramos, por isso, que a prevenção deve continuar a constituir uma aposta por parte das entidades com responsabilidade neste domínio, para que, a prazo, possamos ter indicadores mais favoráveis e um concelho menos absorvido pelos vários consumos ou dependências. Destacamos, a este nível, a importância das ações promovidas em contexto escolar.

Nunca é demais, pensamos também, agir na comunidade em geral, nomeadamente através da sensibilização acerca dos contributos que podem dar no sentido da reparação dos atuais problemas, como é disso exemplo a responsabilidade social das empresas ou a disponibilidade de habitação, esta última encarada como pilar que sustenta a vida de todas as pessoas e que configura uma prioridade absoluta e inegável em Santo Tirso, mas também, diríamos, em toda a AMP. Um investimento adequado e articulado – em que o CRI Porto Ocidental e a Câmara Municipal de Santo Tirso se prefiguram parceiros nucleares – pode resultar numa minimização

do impacto dos problemas e, por consequência, na promoção do desenvolvimento social concelhio.

: 7. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

: 7.1. Notas sobre a realidade local

A visão redutora do conceito de sem-abrigo, que considerava apenas as pessoas que não possuíam habitação e pernoitavam na rua ou em abrigos provisórios e precários, nunca motivou grandes preocupações em Santo Tirso, onde não existiam situações de destaque. A Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015, veio alterar concetualmente esta situação, atribuindo um novo significado àqueles/as que tradicionalmente chamamos de sem-abrigo. Com a mudança produzida, a mesma realidade pode assumir contornos diferenciados, já que o âmbito do referido conceito é, agora, bem mais alargado.

Com base nestas premissas e no quadro da estratégia nacional – cujos objetivos apontam, entre outros, para a monitorização do fenómeno e para a sua inclusão no DS das redes sociais locais –, a CMST levou a cabo um levantamento concelhio da população sem-abrigo, recorrendo, para isso, a uma metodologia que contemplou a sinalização por parte das CSF e das CSIF e das diversas instituições de intervenção social do concelho. No entanto, a data do estudo concretizado pela autarquia remete para 2010, pelo que urge atualizar esta informação de forma sistematizada e com a clara noção da sua permanente mutabilidade.

Recordamos, a este propósito, que se considera sem-abrigo qualquer pessoa que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física ou mental se encontra sem teto ou sem casa. Pela condição «sem teto» entendem-se as situações em que as

peças vivem em espaços públicos, estão alojadas em abrigo de emergência ou têm um paradeiro num local precário. Pela condição «sem casa» consideram-se todos os casos de pessoas que se encontram em alojamento temporário destinado para o efeito.

Através desta nova definição, a estratégia nacional pretende dar forma a um conjunto de orientações gerais, comprometendo as diferentes entidades – públicas e privadas – a operacionalizar planos específicos e adequados às necessidades locais, no âmbito da RS.

Sem prejuízo da referida necessidade, o conhecimento de terreno por parte dos/as técnicos/as de intervenção social mostra que estamos perante pessoas que, em grande parte, beneficiam de RSI, sem retaguarda familiar a quem possa recorrer para pedir outro tipo de ajuda. A condição de sem-abrigo é muitas vezes motivada por comportamentos aditivos e dependências, facto que motiva uma intervenção articulada entre as duas áreas deste diagnóstico social. Na sua vida quotidiana, as dificuldades mais sentidas relacionam-se com a alimentação, com a higiene e com o acesso à habitação.

Foi precisamente este conhecimento empírico que motivou, recentemente, o desenvolvimento do projeto ‘Espaço d’Abrigo’, promovido pela Câmara Municipal de Santo Tirso, em parceria com União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santo Tirso, com a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe e com a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, com vista à garantia de condições dignas para a toma de refeições, balneário e lavandaria sociais, e ainda a integração na Casa do Meio Caminho, nos casos em que as respetivas condições o

justificassem. Este projeto, financiado pelo Fundo Social Europeu, viu garantida a sua sustentabilidade após o financiamento através do esforço conjunto de todos os referidos parceiros, que, assim, mantêm ativas todas as respostas ali criadas.

: 7.2. Pistas de intervenção

Em jeito de síntese, importa realçar a necessidade de se considerar prioritário no concelho de Santo Tirso um tema que parece assumir contornos cada vez mais salientes. Uma constatação concelhia, sim, mas também metropolitana, espelhada na criação de um grupo de trabalho sobre este tema, no qual o Município de Santo Tirso se faz representar, tendo no horizonte a perspetiva de uma estratégia metropolitana, para um território que tem vindo a observar constantes movimentos de pessoas em situação de sem-abrigo entre concelhos.

Tendo em conta a mudança da realidade observada no concelho face ao novo conceito de sem-abrigo, a intervenção prioritária deverá passar pela criação de respostas residenciais. Trata-se de garantir o acesso a um dos bens essenciais à dignidade humana e de responder a um dos objetivos da estratégia nacional que referenciamos em cima. O acesso a respostas habitacionais condignas deverá ser acompanhado por ações de capacitação em competências pessoais, sociais e de gestão habitacional, a montante da desejada integração profissional. Ações que, de resto, podem – e devem – também ser desenvolvidas em complemento à atual intervenção social, porque só assim poderemos garantir o sucesso pretendido.

: 8. POPULAÇÃO MIGRANTE E OUTRAS MINORIAS

Na atual versão 2.0 do DS, vislumbramos uma oportunidade para afinar conceitos e alargar o âmbito do conhecimento produzido a grupos sociais que têm vindo a adquirir um peso cada vez maior na vida local e no trabalho de integração realizado pelo tecido institucional concelhio. É o caso da população migrante, que tem vindo a aumentar significativamente, de acordo com a perceção do pessoal técnico. Provenientes de vários países de todo o mundo, por força das guerras que se fazem sentir ou por vários outros motivos, são muitas as pessoas que se vão instalando em Santo Tirso, concelho no qual veem um refúgio para as tremendamente difíceis situações que experienciam nos respetivos países.

Esta é, porém, uma realidade de carece de melhor conhecimento, já que, para além da informação estatística do INE – e que, passados 3 anos do recenseamento geral da população e com todas as mudanças observadas no planeta, devem já ser considerados desatualizados –, os serviços apenas conseguem ter acesso às situações devidamente legalizadas e que procuram apoio social. É seguro afirmar-se – até porque esta é também uma realidade de dimensão metropolitana (e até mesmo nacional) – que vivem atualmente em Santo Tirso muitas outras pessoas imigrantes, cujo conhecimento importa apurar, num levantamento tão exaustivo quanto possível.

As mudanças operadas no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com a passagem para a atual Agência para a Integração Migrações e Asilo, não têm sido favoráveis a uma intervenção integrada e concertada junto das referidas pessoas. Cremos que a estabilização desta última estrutura da administração central facilitará o trabalho que se prefigura num horizonte temporal próximo, no sentido de se reduzirem ao máximo as situações de

imigração ilegal, por um lado, e de combate ao tráfico de seres humanos, por outro.

Não queremos deixar de fazer referência à comunidade cigana residente no concelho de Santo Tirso, que foi já objeto de análise em diferentes momentos (CLAS, 2004: 356-358 e 406-407; SANTOS, 2009; SALGADO, 2003). Uma comunidade que tem integrado as prioridades de intervenção, mas para a qual há ainda uma enorme margem de desenvolvimento, tendo em vista a sua integração social, mormente através da aquisição de competências pessoais e sociais e sempre assentes na educação enquanto fator primário de crescimento.

Relembramos que estamos a falar de uma população com baixos índices de escolaridade e com uma cultura que incita o abandono precoce da escola por parte dos mais jovens, para o que contribui a realização de casamentos em idade prematura. Embora seja importante uma intervenção que sustente o “efeito balança”, transmitindo a ciganos e a não ciganos informações que resultem num melhor conhecimento de cada uma das partes relativamente à outra e que conduzam a uma maior aceitação étnica e cultural” (SANTOS, 2009: 179), é, antes disso, fundamental capacitar a comunidade cigana com competências que lhes permitam poder ser parte equilibrada dessa balança na interação social com não ciganos.

Enquadrada nesta lógica de orientação estratégica, a intervenção social em Santo Tirso tem vertido ações de promoção da cidadania desta comunidade, concretamente no que respeita a iniciativas levadas a cabo pelo NLI de Santo Tirso. A estratégia concertada pelas entidades que compõem esta parceria tem visado a promoção de cursos de alfabetização e a realização de ateliês de competências pessoais e sociais em áreas tão diversificadas, mas

complementares, como a informática, os cuidados com a imagem e o desporto, entre outras.

Simultaneamente, a CMST tem vindo a prestar apoio socioeducativo junto da comunidade cigana, na sequência dos realojamentos efetuados na união de freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães e na união de freguesia de Areias, Palmeira, Lama e Sequeirô. Em paralelo, a autarquia estabeleceu uma parceria com a (EAPN), cujos/as técnicos/as têm colaborado em ações de formação dirigidas exclusivamente a mulheres ciganas.

Parece-nos, igualmente, necessário espoletar nos munícipes não ciganos a importância de uma interação social conjunta, que englobe a comunidade cigana nas diversas atividades sociais, com respeito pela sua cultura e *habitus* de vivência. Do mesmo modo, é importante que a responsabilidade social das empresas contemple na sua estratégia a integração profissional de pessoas de etnia cigana.

Em suma, e apesar do trabalho já efetuado, pensamos que esta deve ser a linha de orientação no caminho do desenvolvimento social, garantindo a mútua e permanente aquisição e atualização de conhecimentos e competências, no trabalho realizado com a comunidade cigana.

Novidade em relação à última versão do DS, o concelho de Santo Tirso passou a dispor de um Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (PMIND), com um horizonte temporal que vai desde 2022 até 2025. A ligação à Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 é inevitável e a programação daquele Plano Municipal deverá alinhar-se com a Agenda 2030, nomeadamente no que

respeita aos objetivos estratégicos e específicos em matéria de não discriminação em razão do sexo e igualdade entre mulheres e homens, à prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de gênero e violência doméstica, e ao combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de gênero, e características sexuais.

Neste contexto, as políticas públicas para a não discriminação em razão do sexo e a igualdade entre mulheres e homens, e mais recentemente na área da orientação sexual e identidade de gênero, têm sido consubstanciadas, nas últimas décadas, em vários planos nacionais. Em Santo Tirso deve igualmente levar-se a cabo uma estratégia e um compromisso coletivo de todos os setores na definição das medidas a adotar e das ações a implementar. Uma abordagem integrada que potencie a colaboração e coordenação de esforços, valorizando uma visão comum e que simultaneamente tenha um efeito mais estruturante e sustentável no futuro que se pretende construir.

A Estratégia Nacional contempla quatro eixos, que representam em simultâneo as grandes metas de ação global e estrutural até 2030, a saber:

- Integração das dimensões do combate à discriminação em razão do sexo e da promoção da igualdade entre mulheres e homens, e do combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de gênero, e características sexuais na governança a todos os níveis e em todos os domínios;
- Participação plena e igualitária na esfera pública e privada;
- Desenvolvimento científico e tecnológico igualitário, inclusivo e orientado para o futuro;

- Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, violência de gênero e violência doméstica, e da violência exercida contra as pessoas LGBTI.

Tendo por base estes eixos prioritários, em Santo Tirso deverá ser desencadeada uma estratégia sólida, com integração no PMIND, capaz de combater situações de marginalização social que as pessoas LGBTI possam eventualmente sentir. Um trabalho concertado entre todas as partes interessadas pode servir de mote para a promoção do sucesso desejado.

: 9. FAMÍLIA E COMUNIDADE

Ao longo deste caderno fomos enunciando várias áreas estratégicas, fazendo alusão às respostas existentes e às necessidades observadas. E independentemente de se tratar de uma intervenção mais ou menos individualizada, o efeito produzido e desejado em cada uma delas tem sempre repercussões familiares.

Todavia, a exposição que fizemos não esgota todos os recursos sociais que estão à disposição dos munícipes de Santo Tirso, designadamente dos mais carenciados. Assim, neste ponto direcionamos o nosso olhar sobre respostas sociais que comportam, por um lado, equipamentos comunitários que não enumeramos atrás e que dizem respeito, por outro, a medidas de suporte familiar.

: 9.1. Equipamentos sociais de apoio à família e à comunidade

Sem descurar a importância das respostas focalizadas em cada uma das áreas estratégicas descritas anteriormente e certos da transversalidade e complementaridade que as caracteriza, a valência de centro comunitário assume um papel de elevada importância no combate aos processos de pobreza e exclusão social, na medida em que é no seio da família que deve emergir o primeiro nível de coesão social.

O conceito de família é, nos dias de hoje, moldado às circunstâncias de um quotidiano cada vez mais exigente e tende a desvanecer em prol, por exemplo, das necessidades profissionais. É, pois, fácil de perceber que a coesão familiar deve constituir uma premissa elementar para o alcance de patamares de cidadania concordantes com um padrão de qualidade de vida

mínimo a que todos têm direito. Neste sentido, somos de opinião de que as respostas sociais, existentes ou a criar, que contribuam para esta finalidade devem ser priorizadas, ainda que dentro do princípio da rentabilização de recursos em que assenta a RS.

Santo Tirso conta atualmente com dois centros comunitários, ilustrados na tabela 6, um sediado no principal centro urbano do concelho, outro na freguesia de Vila das Aves.

: **Tabela 6.** Centros comunitários do concelho de Santo Tirso, segundo a capacidade, em agosto de 2024

Centro Comunitário	Instituição	Freguesia	Cap.
Centro Comunitário do Complexo Habitacional de Ringe	Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe	Vila das Aves	150
Centro Comunitário de Geão	Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso	U.F.S.T.C.S.C.S.M.B.	150
Total			300

Fonte:

Câmara Municipal de Santo Tirso, Divisão de Ação Social.

Legenda:

Cap. – Capacidade;

U.F.S.T.C.S.C.S.M.B. – União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães.

O apoio prestado neste domínio não se esgota, porém, nestes dois equipamentos sociais:

- A Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santo Tirso (CVP-DST) intervém também ao nível comunitário em áreas como o RSI (através de um protocolo com a Segurança Social), um balneário social e uma lavandaria social;
- A ASAS dispõe de um CAFAP com capacidade para 62 famílias.

Acresce ainda todo o trabalho de atendimento e acompanhamento psicossocial realizado, de forma integrada, por vários parceiros do CLAS. A

montagem de um trabalho em rede na intervenção junto das famílias com maiores vulnerabilidades sociais permite-nos assegurar que o trabalho desenvolvido no concelho vai de encontro aos princípios da RS.

: 9.2. Medidas de suporte familiar e emergência social

O cenário económico e social que serve de pano de fundo ao nosso quotidiano tem conduzido muitas famílias a experienciar condições de vida de extrema gravidade, sem que consigam vislumbrar, pelo menos a curto prazo, qualquer solução capaz de inverter a situação. Não obstante a decrescente capacidade de o Estado-providência fazer face a todas as ocorrências, o RSI constitui ainda uma das poucas formas de garantir a muitos agregados familiares os recursos mínimos à sobrevivência humana. Em paralelo, o concelho possui atualmente uma medida de emergência social promovida pela CMST, para apoio a famílias cujos rendimentos são manifestamente insuficientes para fazer face às despesas do agregado familiar, e uma cantina social, promovida pela segurança social. Num caderno que pretende dar a conhecer não apenas as vulnerabilidades, mas também os recursos disponíveis localmente, parece-nos importante deixar aqui alguns comentários respeitantes a estas três medidas.

Antes, porém, importa referir que o trabalho técnico de âmbito social no concelho de Santo Tirso é efetuado de forma integrada, evitando a duplicação de esforços e de apoios. É o caso da CMST, da Segurança Social, da AMCHR, da ASAS, da ISCMST e ainda da CVP-DST, que, por via da transferência de competências de ação social da administração central do Estado para as câmaras municipais (que em Santo Tirso ocorreu a 1 de abril de 2023), têm vindo a desenvolver um trabalho estrito de articulação, tendo

em vista o bem-estar das famílias de maiores vulnerabilidades sociais e económicas sinalizadas aos serviços sociais.

O trabalho é igualmente articulado com outras organizações da sociedade civil, nomeadamente com os agrupamentos de escolas e de saúde e com as juntas de freguesia, sem esquecer as conferências vicentinas e grupos sócio caritativos, igualmente importantes no apoio a situações de emergência social.

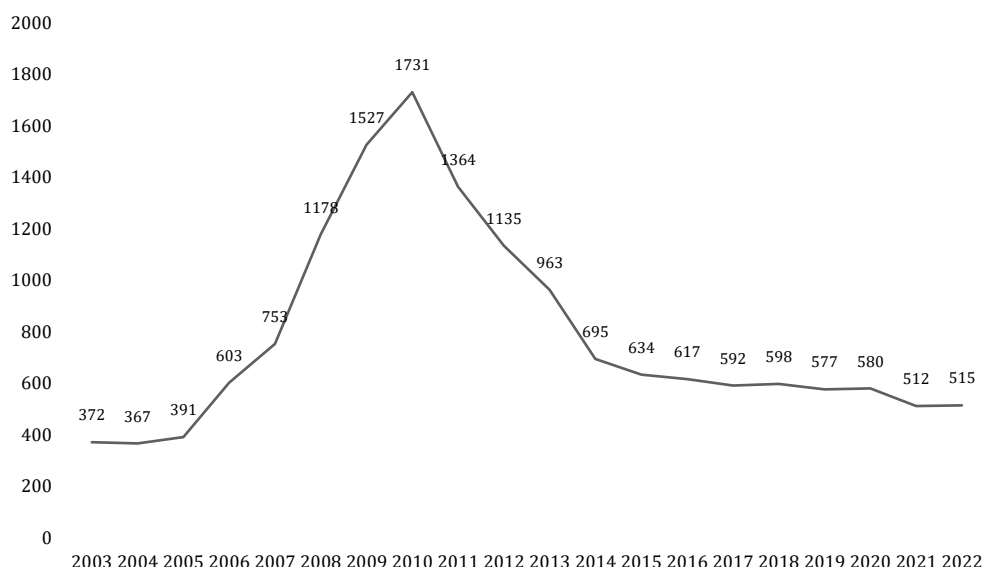
: 9.2.1. Rendimento Social de Inserção

A importância de lançarmos um olhar sobre RSI prende-se com o facto de se tratar de um programa que, para além de garantir uma prestação mínima de sobrevivência aos agregados familiares mais desfavorecidos, favorece a sua inserção socioprofissional e comunitária. Constituindo o mínimo indispensável à dignidade humana, o RSI é, muitas vezes, a única fonte de rendimento de alguns agregados familiares, que não conseguem ultrapassar os obstáculos que quotidianamente experienciam. O facto de Portugal estar mergulhado na cena internacional marcada por um panorama e horizonte sombrios tem vindo, no entanto, a contribuir para o enfraquecimento do Estado-providência.

Em Santo Tirso podemos aferir, pela leitura do gráfico 1, um crescimento do número de famílias beneficiárias entre 2005 e 2010. A partir deste ano a diminuição observada não significa necessariamente uma melhoria das suas condições de vida; antes, segundo pudemos apurar junto do Núcleo Local de Inserção (NLI) de Santo Tirso, resulta, por um lado, de uma maior fiscalização da medida e, por outro lado, das novas regras de acesso, implementadas pelo D.L. n.º 90/2017, bem como do cruzamento realizado

pela Segurança Social com a Autoridade Tributária e Aduaneira. Esta situação promove, entre os munícipes com maiores dificuldades, o recurso a outras formas de apoio social disponíveis no concelho, ainda que em alguns casos o apoio concedido contribua para os cálculos de acesso à medida, limitando o seu deferimento. É o caso da medida ‘subsídio ao arrendamento’, da CMST².

: **Gráfico 1.** Evolução do número de famílias ativas de RMG/RSI (com requerimento deferido não cessado e não suspenso) no concelho de Santo Tirso, entre 2003 e 2022*



Fonte:

Comissão Local de Acompanhamento do RMG/Núcleo Local de Inserção do RSI de Santo Tirso.

* Dados apurados no final de dezembro de cada ano.

No campo do RSI, é ainda importante destacar os Contratos Emprego-Inserção + (CEI +). Trata-se de uma medida de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que visa promover a melhoria das

² Sobre esta medida, *vd.* caderno temático “Condições de habitabilidade” (CLAS, 2014b: 33).

competências socioprofissionais de desempregados/as beneficiários/as do RSI e, ao mesmo tempo, proporcionar uma aproximação ao mercado de trabalho, mantendo-os em contacto com outros/as trabalhadores/as e outras atividades. Na prática, é concedida a estas pessoas a possibilidade de realizarem trabalho socialmente necessário, em conformidade com as necessidades locais e regionais, durante um período de 12 meses. Essas atividades podem ser promovidas por entidades coletivas, de carácter público ou privado sem fins lucrativos. O IEFPP garante apoio ao nível de uma bolsa de ocupação mensal, ficando as despesas de transporte, subsídio de alimentação e seguro de acidentes pessoais a cargo das entidades promotoras.

: 9.2.2. Programa Municipal de Emergência Social

Conforme dissemos em cima, o concelho de Santo Tirso dispõe, a par do RSI, do PMES, promovido pela CMST, como medida de suporte familiar a situações críticas de precariedade, que não raras vezes são a consequência da grave crise económica que o país atravessa, com implicações no aumento do desemprego e na fragilidade das relações laborais. Tais implicações, por sua vez, têm repercussões no sobre-endividamento das famílias, que acabam por não conseguir fazer face às suas despesas fixas, relegando-as para uma inevitável condição de pobreza e/ou exclusão social.

O PMES surge no encalce destas afirmações, com o objetivo de reduzir os constrangimentos financeiros pelos quais cada vez mais famílias têm de passar, ao mesmo tempo que responde às competências da câmara municipal de promoção de uma sociedade mais coesa. O PMES destina-se, assim, a disponibilizar um apoio financeiro para as despesas com a habitação, alimentação, saúde e educação a agregados familiares

carenciados, em situação de emergência social grave e que já não conseguem fazer face às despesas correntes nem às dívidas contraídas.

: 9.2.3. Cantina Social

Num cenário nacional marcado por situações de grave carência económica, algumas famílias veem-se forçadas a encarar o problema da fome. Em alguns casos, portanto, não se trata sequer de conseguir usufruir de bens essenciais; trata-se antes de garantir a subsistência humana, face a todas as contrariedades que vão surgindo quotidianamente e num futuro sem esperança.

Como resposta a esta dura realidade, a segurança social criou as cantinas sociais, que fornecem refeições a famílias que comprovadamente se encontrem nas condições descritas no parágrafo anterior. Na prática, tais famílias podem beneficiar das refeições diárias e já preparadas para todos os seus elementos, tendo para isso que se dirigir à instituição que as fornece e levá-las em embalagens devidamente condicionadas. É também o que acontece com as pessoas em situação de sem-abrigo e que beneficiam desta resposta alimentar, conforme já tivemos oportunidade de referir.

Em Santo Tirso, a entidade que celebrou um protocolo de colaboração com a segurança social para este efeito foi a ISCMST, que dispõe atualmente de uma capacidade de 57 refeições. Ainda que possa ser considerada uma medida assistencialista de carácter temporário, parece-nos inegável que a cantina social constitui, nos dias de hoje, o único recurso, a única solução para a incapacidade que algumas famílias têm de fazer face à crise que o país atravessa.

: NOTA FINAL

No processo de atualização do DS, o caderno das vulnerabilidades e recursos sociais que é concluído neste ponto pretende dar a conhecer em pormenor a realidade concelhia nas diversas esferas de intervenção, intercetando, sempre que possível e necessário, outros contextos de diagnóstico, como são disso exemplo as variáveis demográficas e as questões habitacionais. A intervenção social não pode ser encarada de uma forma particular e independente. A complexidade e a transversalidade dos fenómenos sociais, bem como a «profissionalização» de algumas famílias na procura desenfreada de subsídios do Estado, obrigam a uma visão agregada de diferentes domínios e só o cruzamento de informação e um trabalho efetivo em rede permitem a eficiência que se impõem na utilização dos poucos recursos disponíveis.

Sendo este um instrumento de trabalho que pretende contribuir para o ciclo de planeamento da RS e para o desenvolvimento social de Santo Tirso, a sua revisão e permanente atualização deverá manter-se como palavra de ordem na lista de prioridades do CLAS. A isso obrigam as mutações sociais que observamos com regularidade, mas também a variação de indicadores cuja leitura favorece a assertividade técnica.

Face ao exposto e em jeito de conclusão, não podemos finalizar sem sugerir que a revisão deste caderno temático em particular seja materializada anualmente, com a atualização dos vários indicadores estatísticos descritos, que servem de âncora à construção de planos de ação devidamente sustentados. O enriquecimento da informação disponibilizada, com dados de maior pormenor, cruzados com os resultados dos Censos 2021, deve também ser considerado prioritário. Do mesmo modo, sempre que possível,

sugerimos a atualização do DS com a desagregação por freguesia, para que as políticas públicas possam ser ainda melhor direcionadas.

Neste âmbito, parece-nos clara a necessidade de atualizar permanentemente as capacidades, as vagas e as listas de espera, bem como evidenciar taxas de cobertura dos equipamentos sociais na área da infância e da população idosa, que pensamos serem indispensáveis para a fundamentação do alargamento das respetivas valências ou da sua rentabilização.

No caso da lista de espera e para que não se caia no erro de sobredimensionar o seu real conteúdo, é importante garantir que a mesma seja nominal, de forma a possibilitar o cruzamento de informação. A construção de uma base de dados concelhia partilhada por todos os intervenientes sociais pode ajudar na construção deste processo, bem como de outras formas de rentabilização de recursos. De outra forma, a RS corre o risco de assentar o seu funcionamento em fragmentos difusos, pouco ou nada sistematizados nem concertados, que contrariam os princípios subjacentes à sua criação.

Por fim, um apontamento para destacar duas oportunidades para a redução das vulnerabilidades sociais e consequente melhoria das condições de vida das pessoas. Por um lado, a estratégia Portugal 2030 e a integração do município no plano estratégico 2030 da AMP, favorecendo o desenho de projetos capazes de responder às principais necessidades do concelho, os quais, no entanto, deverão assentar em princípios sólidos de sustentabilidade, sob pena de o seu efeito ser apenas pontual.

: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardin, Laurence (s/d) – Análise de conteúdo. Porto: Editorial Presença.

Câmara Municipal de Santo Tirso (2010) – *Levantamento concelhio das pessoas em situação de sem-abrigo em Santo Tirso*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

CLAS – Conselho Local de Ação Social de Santo Tirso – (2019) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Condições de habitabilidade*. Policopiado. Versão 1.3. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2019a) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Atividade económica, emprego e formação*. Versão 1.5. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2019b) – *Saúde mental. Avaliação do período experimental para execução das orientações de intervenção*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2019c) – *Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020*. Versão 6.0. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2018) – *Saúde mental. Avaliação do período experimental para execução das orientações de intervenção*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2017) – *Saúde mental. Avaliação do período experimental para execução das orientações de intervenção*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2015) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Recortes sociodemográficos*. Versão 1.0. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Abertura e Enquadramento*. Versão 1.0. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014a) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Tecido educativo*. Versão 1.0. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014b) – *Plano de ação 2013. Relatório de avaliação ex-post*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2013) – *Plano de ação 2012. Relatório de avaliação on-going*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2011a) – *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Santo Tirso 2011-2013*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2011b) – *Sobre a deficiência no concelho de Santo Tirso. Resultados da aplicação de um inquérito por questionário*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2007) – *Plano de Desenvolvimento Social de Santo Tirso 2008-2009*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2005) – *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Santo Tirso 2005-2007*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2004) – *Diagnóstico Social. Concelho de Santo Tirso*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

CPCJ (2024) – *Relatório anual – síntese. Ano de 2023*. Policopiado. Santo Tirso: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2013) – *Projeto Rede em Prática. Relatório Final da Avaliação do Programa Rede Social 2010-2012*. Lisboa: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Instituto Nacional de Estatística (2012) – *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*. Lisboa: INE.

Instituto para o Desenvolvimento Social (2002) – *Plano de Desenvolvimento Social: Rede Social*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.

– (2001) – *Programa Rede Social*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.

JOHNSON, M. P. (2005) – Domestic Violence: It's Not About Gender – Or Is it?. *Journal of Marriage and Family*. Vol. 67. p. 1126-1130.

SALGADO, Liliana Bela Ferreira (2003) – *Mulher cigana. Entre a tradição e a modernidade*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social e política Social. Policopiado. Porto: Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

SANTOS, Rui (2009) – “O realojamento das comunidades ciganas de Santo Tirso: dos principais desafios às novas oportunidades de vida”, in CASTRO, Alexandra; SANTOS, Marta (org.) – *Actas do Seminário Internacional – Ciganos, Territórios e Habitat*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. p. 169-180.

Silva, Augusto Santos; Pinto, José Madureira (orgs.) (1987) – *Metodologia em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

: Webgrafia

www.amp.pt

www.ccdr-n.pt

www.cig.pt

www.ine.pt

www.pordata.pt

www.portugal2030.pt

www.seg-social.pt